

NOTAS SOBRE *EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL*

(Um clássico da Sociologia da Educação entre nós)

Zaia Brandão¹

Conheço Luiz Antonio Cunha desde a década de 1960, quando fomos contemporâneos no mestrado de educação da PUC-Rio. Trabalhamos na mesma sala de professores do Departamento de Educação no período em que ele era professor na mesma universidade. Sempre o admirei pela disciplina de estudo e de trabalho que pude testemunhar nessa convivência. Quando eu chegava à PUC pela manhã, ele já estava em sua mesa estudando desde as 7hs. Foi neste período que acompanhei a sua leitura do *La Reproduction* (Bourdieu) no original. Leitura árdua, que poucos fizeram, mesmo da tradução² pela Editora Francisco Alves (1975) na coleção Educação e Questão³.

O livro de Cunha publicado no mesmo ano é, até hoje do meu ponto de vista, uma das principais referências da pesquisa sobre a educação brasileira, e marca, na minha experiência, um grande avanço: um verdadeiro rompimento com a visão ingênua da educação (escolar), lamentavelmente ainda muito presente entre nós⁴.

A análise sociológica do sistema escolar brasileiro, desenvolvida por Cunha, oferece uma percepção rigorosa e fortemente ancorada em material empírico e bibliográfico pertinente para a interpretação das conexões estruturais e sociais da educação. Estas questões normalmente permanecem camufladas, para o público em geral, pela ideologia da educação como “motor” do desenvolvimento das sociedades. Cunha com este livro demonstra a procedência do contraste que Luiz Pereira indicara entre o pensamento dos educadores e o dos sociólogos⁵. Embora tenha havido progressos no *estilo do pensamento pedagógico* entre os “educadores”, ainda hoje estamos longe do consenso na área de que a educação é parte de um conjunto de fatores, e não *o principal problema* da sociedade brasileira. A perspectiva “salvadora” da educação ainda é fortemente presente no senso comum, e bastante frequente

1 Professora Titular do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC –Rio). Contato: zaiapucurio@gmail.com

2 Partiu dele algumas críticas pertinentes a determinados problemas da tradução, que levariam à má compreensão de conceitos fundamentais na obra.

3 Coletânea coordenada por mim e por Pedro Garcia.

4 Antes dele dois outros autores – J. Roberto Moreira (1960) e Luiz Pereira (1960) haviam me chamado a atenção para os determinantes estruturais e culturais da escolaridade.

5 Um outro livro, de J. Roberto Moreira (1960), despertou em mim, estudante de pedagogia na época, um sentimento de diferença em relação às análises a que tínhamos acesso. Posteriormente, o livro serviu de objeto de um projeto de pesquisa.

nas mídias, como é o caso das posições de políticos respeitáveis como Darcy Ribeiro no passado, e Cristovão Buarque no presente. Por mais respeitáveis que sejam as intenções desses dois intelectuais, do meu ponto de vista suas posições alimentam uma ideologia que, ao supervalorizar as funções da educação, desconhece as condições de trabalho e funcionamento das escolas públicas de ensino fundamental, entre nós, assim como a repercussão da estrutura social sobre a escolarização.

Os cinco capítulos que o autor caracteriza como *ensaios autônomos guardando uma estrita relação entre eles*⁶ apresentam ao leitor um conjunto de recortes analíticos da escola e da escolarização que gradativamente vão explicitando os diferentes aspectos das relações que estabelecem com a economia, a cultura, a política e as hierarquias sociais, contestando a suposta precedência e autonomia da educação. Este é a meu ver o aspecto fundamental da obra - desconstruir o mito da educação como agente principal da transformação da sociedade.

Um outro aspecto que merece destaque, do ponto de vista pedagógico, são as 362 notas do autor, ao final de cada capítulo. Elas servem para exemplificar o meticoloso trabalho de pesquisa desenvolvido pelo autor:

o processo de levantamento bibliográfico referente a cada um dos cinco capítulos;

o amplo investimento em identificação de pesquisas empíricas de especialistas em várias áreas;

o recurso a documentos e estatísticas oficiais;

e a ética acadêmica ao explicitar claramente o recurso ao trabalho de outros autores indicando, em vários momentos no próprio texto o sentido da apropriação⁷.

Cabe destacar que a obra foi desenvolvida antes da era da internet, em que o amplo acesso a periódicos acadêmicos, a sites especializados e à informação imediata alterou sensivelmente o trabalho dos pesquisadores. Destaco a seguir alguns aspectos que julgo especialmente ilustrativos da importância da obra para a sociologia da educação.

No segundo capítulo, ele desenvolve uma análise bastante interessante contestando a política econômica do período da ditadura militar. Na construção do seu argumento, recorre a inúmeros autores que pesquisaram as características econômicas e sociais do período, e dá destaque a duas teses opostas – a de Langoni (*análise sintomática*), sustentando que a

6 Cf p. 22 da obra.

7 Ver a respeito, entre muitas outras, p. 76, sobre Hoffman e Duarte.

concentração de renda resultava da baixa escolaridade dos setores populares, e a de Hoffman e Duarte (*análise estrutural*), que apontava a compressão salarial e a estrutura oligopolística da produção como os determinantes principais da concentração de renda à época⁸.

Nos dois capítulos seguintes o autor expõe as características da seletividade social da educação escolar, quer do ponto de vista externo (condição de maior ou menor incorporação das crianças das classes trabalhadoras pelo sistema escolar) quer do ponto de vista interno (processos pedagógicos e preconceitos socioculturais que caracterizam as práticas escolares).

No terceiro capítulo, apresenta *três modos típicos* de conexão entre as práticas escolares e a ideologia nas sociedades capitalistas. No tipo I (início do capitalismo até o século XIX), onde praticamente todos os trabalhadores eram excluídos; no tipo II, com a relativa inclusão desses, mas mantendo a diferenciação do tipo de escolas para os trabalhadores e as classes médias e dominantes; e o tipo III, supostamente os objetivos são reclassificar os indivíduos a partir de critérios de desempenho e motivação⁹. Seguem-se interpretações bem fundamentadas explicitando o caráter de *violência simbólica*¹⁰ das práticas escolares (op. cit p. 120/126). É o caráter de classe (médias e dominantes) dos conteúdos e das práticas escolares, *absolutamente estranhos* às crianças das classes trabalhadoras, que acabam por produzir (intencionalmente ou não) as condições de fracasso escolar para a maioria delas. O autor ainda assinala a ineficácia das tentativas de compensar as “carências”. Aliás no capítulo 4 - *O desempenho desigual* - o autor retoma o tema, desta vez ancorado em análises e pesquisas desenvolvidas na realidade escolar brasileira. Ressalta o pioneirismo de Luiz Pereira em palestra em 1962 no II Congresso Brasileiro de Sociologia¹¹ e a importância do trabalho de pesquisa de campo de Ana Maria Popovic, na Fundação Carlos Chagas/SP, sobre questões da alfabetização, no início da década de 1970, apesar dos problemas do conceito de marginalidade cultural e principalmente da expressão “classes desfavorecidas”¹².

No item 2.2. do mesmo capítulo, descreve as formas com as quais as práticas escolares produzem a “deficiência” das crianças das classes trabalhadoras a partir da alfabetização,

8 Op.cit p. 85.

9 Cf. p. 114.

10 Pode parecer estranho aos leitores familiarizados com a obra de Bourdieu, como o foi para mim, Cunha não citar em nenhum momento o sociólogo francês. Entretanto, as diversas releituras que fiz do *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil* e o artigo do autor publicado em 1982 no Cadernos de Pesquisa (FCC/SP) esclareceram para mim a importância da sua apropriação empírica dos conceitos de Bourdieu. O uso indiscriminado da obra de Bourdieu *A Reprodução* demonstrou o cuidado que se deveria ter com a leitura da obra na perspectiva de uma *teoria geral dos sistemas de ensino*. Cf. Cunha (1982)

11 Posteriormente publicada (1967).

12 Ver a respeito p.204 a 208 (Cunha: 1975).

destacando o significado de “profecia autorealizadora” (*Efeito Pigmaleão*) das medidas paliativas a que recorrem os governos, à época “classes AE” (alunos especiais).

Este 4º capítulo destaca o papel da fome no desempenho desigual. Anos depois, ao realizar um estado da arte sobre evasão e repetência, demos destaque ao fenômeno (Brandão; Baeta; Dutra: 1982) muitas vezes interpretado por hábitos culturais alimentares das camadas populares, provocando subnutrição, quando na maioria das vezes resultava das condições materiais de vida, ou seja, a pobreza.

O capítulo 5 – *Política educacional: contenção e liberação* – é um ensaio primoroso de sociologia política que irá cada vez mais caracterizar a continuidade da ampla obra de Luiz Antônio Cunha. Na primeira parte, discorre sobre os processos de contenção da demanda por escolaridade, pelas empresas e pela via da ação do Estado, sempre fundamentado em pesquisas e legislação. Na segunda parte, ele analisa o duplo sentido das políticas de liberação do ensino de 1º grau (ensino fundamental) e contenção da demanda pelo ensino superior, com a reforma do ensino médio - Lei 5092/71 de profissionalização do ensino de 2º grau. Neste capítulo, o autor analisa a importância atribuída ao MOBREAL pelos governos militares pós 1964. A articulação da complexa trama contextual e conjuntural desenvolvida pelo autor torna empobrecedora qualquer tentativa de sintetizar este ensaio, razão pela qual convido os leitores a ler (ou reler) este capítulo.

Sua obra, se ampliou fortemente nestas quatro décadas, percorrendo aspectos fundamentais do sistema escolar brasileiro. Nos últimos anos tem analisado sistematicamente a laicidade do ensino público. Em que pese o autor me chamar atenção sobre o caráter datado de *Educação e Desenvolvimento Social*, continuo a utilizá-lo nos meus cursos de Sociologia da Educação, pois quer o seu autor concorde ou não, para mim este trabalho já é um clássico da área.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, Z. BAETA; A. DUTRA, A. A educação em questão. Evasão e repetência no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CUNHA, L. A. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CUNHA, L. A. A simbólica violência da teoria. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo (43): 55-57. Nov. 1982.

MOREIRA, J. R. Educação e desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Ciências Sociais, 1970.

PEREIRA, L. Notas críticas sobre o pensamento pedagógico brasileiro. In: PEREIRA, L. A escola numa área metropolitana (Apêndice). São Paulo: Livraria Pioneira Editora/USP, 1967.

PEREIRA, L. Rendimento e deficiência do ensino primário brasileiro. In: PEREIRA, L. Estudos sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/USP, 1971.

Submissão: dezembro de 2013

Publicação: maio de 2014